

A DINÂMICA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM ESCOLAS DO ENSINO REGULAR: 6º AO 9º ANO

Fernanda Flávia Gomes¹

Raquel Mendonça Mendes¹

Jackson Faustino Ferreira¹

José Araújo de Souza¹

Sérgio Ricardo Silva Magalhães¹

serimagbh@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute a dinâmica e a inclusão de alunos com deficiência auditiva nas escolas públicas do ensino regular, promovida pela atual política de educação nacional. Apresenta as causas e prevenções da deficiência auditiva e, discorre acerca do conhecimento dos professores em relação a esse tema. O trabalho foi realizado com o método de pesquisa bibliográfica, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e na função de Interpretete, que favorecem o acesso do aluno com deficiência auditiva ao conhecimento. Trata-se de um tema cada vez mais evidente no âmbito escolar, posto a eminente necessidade dos profissionais do ensino em relação à qualificação que os permitam lidar com os deficientes auditivos, inserindo-os nos ambientes sócio educacional.

Palavras-chave: Deficiência Auditiva; Inclusão Escolar; Ensino Fundamental.

Abstract: This paper discusses the dynamics and inclusion of students with hearing impairment in public schools of regular education, promoted by the current national education policy. It presents the causes and prevention of hearing loss and discusses the knowledge of teachers in relation to this topic. The work was carried out using the bibliographic research method, with a focus on Specialized Educational Assistance (AEE) and the role of Interpreter, which favor the access of students with hearing impairment to knowledge. It is an increasingly evident theme in the school environment, given the eminent need of teaching professionals in relation to qualification that will allow them to deal with the hearing impaired, inserting them in the socio-educational environments.

Keywords: Hearing Deficiency; School Inclusion; Elementary School.



INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com algum tipo de deficiência, seja ela física ou intelectual, é um assunto bastante polêmico e debatido no ambiente educacional. Neste trabalho, serão abordados aspectos sobre a inclusão de alunos com deficiência auditiva no ambiente escolar, mais precisamente crianças que estão no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), apresentando as causas da surdez e as dificuldades dos alunos deficientes e a dificuldade dos professores em inseri-los na escola de ensino regular e algumas alternativas que visam minimizar ou até mesmo superar essa barreira que existe entre o aluno surdo e o ouvinte.

Existe um leque imenso de questões a serem tratadas como a desigualdade, o preconceito, falta dos valores e a falta de profissionais capacitados quanto a educação especial. Existem hipóteses que norteiam o presente trabalho, como exemplo:

Como é trabalhada a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares? Os alunos com deficiência auditiva têm acesso total ao conhecimento? Os professores conseguem atingir seus objetivos perante esses alunos? Existem cursos para capacitação dos professores? Todas essas perguntas formam uma base para a indagação e assim buscar o entendimento da situação.

O objetivo presente deste estudo é apresentar o tema inclusão de alunos com deficiência auditiva nas escolas de ensino regular, buscando entender as necessidades dos alunos no processo de interação com o âmbito escolar. Como também a forma de conscientização de todos os professores, que trabalham com alunos surdos. Desta forma, buscar métodos pedagógicos para englobar todos os alunos no âmbito escolar, de forma que não haja nenhum tipo de exclusão entre os mesmos.

A importância deste trabalho se reflete na busca de diversas maneiras que a escola necessita para que o aluno surdo se expresse, interaja, e fique por dentro de todas as informações contidas no meio escolar. Contudo, é importante que se tenha uma relação de diálogo, respeito e confiança entre a escola e a família, para que esse laço se fortaleça, favorecendo assim, o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência no ambiente escolar.

Foi utilizado para a elaboração do trabalho, o método de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, na plataforma Google Acadêmico e Scielo, utilizando artigos das duas últimas décadas, principalmente bibliografia brasileira, que citam a inclusão dos alunos no ensino regular, a capacitação dos professores, o papel do intérprete e os recursos que os alunos surdos têm frente a este problema de inclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para trabalhar o problema proposto, fez-se necessário a revisão de alguns artigos considerados relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa sobre a inclusão de alunos com deficiência auditiva nas escolas de ensino regular, tendo como base de estudo a LDB (1996), onde em seu capítulo V, Da Educação Especial, garante entre outras coisas, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica que atendam as necessidades especiais do aluno (BRASIL, 1996).

Segundo Battistella (2011), as deficiências física, mental, intelectual ou sensorial, impedem a longo prazo (pelo menos 2 anos), as pessoas de interagir com diversas barreiras, além de impossibilitar sua participação plena e efetiva, contudo, uma educação inclusiva de qualidade enfatizada na aprendizagem e

na socialização, prepara o cidadão com deficiência para uma melhor e mais rápida inserção no mercado de trabalho.

A mesma autora ainda identifica três conjuntos de dificuldades no uso da CIDID, 1980:

A deficiência é conceituada como a repercussão imediata da doença sobre o corpo, impondo uma alteração estrutural ou funcional a nível tecidual ou orgânico. A incapacidade é a redução ou falta de capacidade de realizar uma atividade num padrão considerado normal para o ser humano, em decorrência de uma deficiência. A desvantagem representa um impedimento resultante de uma deficiência ou incapacidade, que lhe limita ou lhe impede o desempenho de uma atividade considerada normal, tendo atenção a idade, o sexo e os fatores sócios culturais para o indivíduo. (BATTISTTELA, p. 12, 2011).

Audição

A audição é o sentido que possibilita a percepção de sons no ser humano, conforme citado por Marqueti, (2013). O mesmo autor afirma que é o primeiro sentido apurado pela criança antes mesmo dela nascer, pois dentro do ventre da mãe ela já tem contato com os sons do mundo. A audição é extremamente importante para o desenvolvimento do ser humano, pois auxilia na compreensão, comunicação e relacionamento social. Quando uma pessoa é incapaz de ouvir, pode-se dizer que esta pessoa tem uma deficiência auditiva.

Não é sempre que as causas da perda auditiva são identificadas, pois existem vários fatores que podem levar à essa perda. Conforme citado por Marqueti (2013), destaca-se: causas pré-natais, onde a criança adquire a surdez através da mãe no período de gestação, decorrentes de desordens genéticas ou hereditárias, relativas ao fator Rh, relativas à desnutrição, alcoolismo materno, pressão alta, diabetes dentre outros; causas perinatais, problemas no parto, por exemplo a prematuridade, pós maturidade, infecção hospitalar dentre outras, onde aumentam as chances da criança adquirir algum grau de surdez; causas pós-natais, sendo que a criança pode ficar surda com o surgimento de problemas como: sífilis adquirida, sarampo, caxumba, exposição contínua a sons ou ruídos altos, traumatismo craniano dentre outros.

Ainda segundo o autor, a perda de audição tem três estágios como é citado, sendo eles a perda leve, severa ou profunda. Na perda leve a pessoa tem peculiaridades parecidas como de uma pessoa que não tem problemas na audição. Já no caso da perda severa ou profunda, a pessoa apresenta limitações em sua comunicação verbal, assim como no desenvolvimento da sua linguagem, acarretando alguns prejuízos nas áreas social, acadêmica e ocupacional.

Surdez

Segundo Alvez (2010), surdez é quando uma pessoa é incapaz ou tem dificuldade de ouvir, acarretando vários fatores de riscos que variam de grau. O mesmo autor afirma que, segundo o decreto N°3.298 de 20 de dezembro de 1999 Art.4º para que uma pessoa seja portadora de deficiência auditiva, é necessário que esteja em um nível entre 25 a 90 decibéis, segundo as classificações a seguir:

Quadro 1 — Classificação dos graus de perda auditiva.

MÉDIA TONAL	DENOMINAÇÃO	HABILIDADE PARA OUVIR A FALA
≤ 25 dBNA	Audição normal	Nenhuma dificuldade significativa
26-40dBNA	Perda auditiva de grau leve	Dificuldade com fala fraca ou distante
41-55dBNA	Perda auditiva de grau moderado	Dificuldade com fala em nível de conversação
56-70dBNA	Perda auditiva de grau moderadamente severo	A fala deve ser forte; dificuldade para conversação em grupo
71-90dBNA	Perda auditiva de grau severo	Dificuldade com a fala intensa; entende somente fala gritada ou amplificada
≥91 dBNA	Perda auditiva de grau profundo	Pode não entender nem a fala simplificada. Depende da leitura facial

Fonte: Classificação do grau da perda auditiva de acordo com Lloyd e Kaplan (1978).

Prevenção

Conforme Alvez (2010), a criança pode apresentar um problema de audição em seu nascimento ou pode adquirir nos primeiros anos de vida, sendo assim, é importante fazer o teste da orelhinha quando o bebê nascer.

Quando o problema auditivo é detectado com o diagnóstico no nascimento da criança, inicia o tratamento mais cedo, apresentando um desenvolvimento melhor, ficando próximo ao de uma criança ouvinte.

Atualmente existem três tipos de prevenção, segundo Marqueti (2013), são elas:

- **Prevenção primária** - São feitos exames pré-nupciais, pré-natais e as campanhas de vacinação.
- **Prevenção secundária** - São realizadas ações na área de saúde e educacional para diminuir as consequências da surdez, como diagnósticos, atendimento fonoaudiólogo, o uso da prótese auditiva e o atendimento através do Programa de Estimulação Precoce para crianças de 0 à 3 anos.
- **Prevenção terciária** - Restringe a pessoa em seu desempenho e faz com que ela participe do Atendimento da Educação Especial (AEE).

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A criação do atendimento educacional especializado (AEE), dá acesso para os alunos com surdez ao conhecimento escolar em duas línguas: Libras e Língua Portuguesa, conforme citado por Alvez, (2010). O professor do AEE tem contato com plano de trabalho de todos os professores de sala comum, para desenvolver as atividades complementares com os alunos com surdez.

A mesma autora afirma que o AEE envolve três momentos didático-pedagógicos:

- **AEE em libras** - Contribui para que o aluno com surdez tenha acesso total ao conhecimento do que é passado pelo professor em sala de aula comum, facilitando sua compreensão e interação com seus colegas. O AEE em libras ocorre em horário oposto ao da escolarização.
- **O AEE para o ensino de libras** - Para atuar, o professor de libras precisa ter conhecimento, estrutura e fluência na libras. Ele deve planejar o ensino dessa língua através dos aspectos que

facilitam essa aprendizagem, seriam eles: datilologia (alfabeto manual), anotações em língua portuguesa, sinais, uso de imagens e todo tipo de referência.

- **O AEE para o ensino da língua portuguesa** - Para se ensinar o português escrito para os alunos com surdez, a proposta didático-pedagógica é orientada pela concepção bilíngue – Libras e Português escrito, como a língua de instrução. As duas línguas são utilizadas em diversas situações do cotidiano e das práticas entre alunos e professores.

Intérprete

A função principal do intérprete de libras em sala de aula é intermediar relações entre o aluno surdo e os demais presentes. De acordo com Silva e Oliveira (2016), ao trabalhar com alunos surdos no âmbito escolar, o intérprete passa a ter um compromisso com o conhecimento desses alunos, sendo um mediador neste processo de ensino, uma vez que o mesmo está inserido na escola com o trabalho de tradução e interpretação.

Segundo Tuxi (2009, p. 13), citado por Silva e Oliveira (2016, p. 700), a interpretação subdivide-se em consecutiva e simultânea:

A interpretação simultânea é quando a mensagem fonte está em andamento e o intérprete acompanha essa fala (ou sinalização). Ou seja, enquanto o interlocutor está falando, o intérprete interpreta simultaneamente, sem cortes. Na interpretação consecutiva o intérprete escuta (ou vê) a mensagem e assim que fecha uma sentença há uma pausa.

No que diz respeito à importância do planejamento para o intérprete de Libras, segundo Lacerda (2009) e Albres (2015), citado por Silva e Oliveira (2016), para garantir esse planejamento, o processo de ensino aprendizagem para o aluno surdo é potencializado. Este planejamento possibilita o acesso aos objetivos de conteúdos abordados pela aula, esclarecimento de dúvidas e orientações, permitindo o diálogo entre professor regente, alunos, coordenação e intérprete.

Capacitação dos professores

Para Santos (2007), efetivar a inclusão dos alunos com deficiência auditiva, são necessários meios que possibilitem aumentar o número de alunos a serem atendidos, visando à permanência dos mesmos na escola, assim como os projetos políticos pedagógicos (PPP), de modo que se crie uma política de ampliação dos serviços de apoio àqueles com necessidades educacionais especiais. Ainda será necessário criar cursos de aperfeiçoamento para os profissionais que trabalharão no processo de inclusão educacional.

Os educadores, segundo Nascimento (2009), precisam estar habilitados e preparados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino, pois a orientação inclusiva implica em um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais. A implantação da educação inclusiva encontra limites e dificuldades pela falta de formação dos professores de escolas regulares para atender às necessidades educacionais especiais, além da infraestrutura e condições materiais para o trabalho pedagógico junto as crianças com deficiência.

Segundo Silva (2016), a formação inicial deve estimular em todos os professores uma orientação positiva sobre a deficiência, de forma com que eles compreendam e dominem sobre o assunto podendo trabalhá-lo com métodos eficazes para uma boa pedagogia.

Inclusão

A inclusão é um processo irreversível, apesar de não ser aceito por todos, conforme citado por Marqueti (2013). Mas é necessário reconhecer e considerar a diversidade dos alunos e ao invés de encará-la como um problema, compreender as diferenças como alavancas que impulsionam a luta a favor da inclusão, abrindo um leque de possibilidades para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Grassi (2008 p. 2), frisa que:

Discussões e questionamentos que têm sido feitos por educadores e profissionais de diversas áreas e que apontam divergências necessárias, dúvidas, resistências, críticas pertinentes, receios, contradições, mas principalmente abertura para reflexão, análise crítica, tomada de posição e promoção de mudanças e transformações de posicionamentos, conceitos, políticas, identidade, práticas pedagógicas, familiares, sociais e educacionais.

A inclusão segundo Mendes, Figueredo, *et al* (2015), não pode ser dada como apenas uma inserção e integração do aluno surdo no âmbito escolar, mas também dar atenção à diversidade e contemplar conhecimentos sobre as especificidades e individualidades de todos os alunos.

Segundo Michels e Welter (2014 p. 2), a socialização é um dos principais papéis da educação para integrar o indivíduo ao meio em que vive, uma vez que, “O propósito da Educação Especial não é a exclusão dos alunos com deficiência em escolas regulares, mas sim ter um acompanhamento pedagógico eficaz”, dessa maneira ocorrendo a inclusão dos mesmos, oferecendo oportunidade e favorecendo as atividades sociais, beneficiando a todos. Faz-se necessário uma mudança para que possa ocorrer de fato a inclusão entre todos os membros da escola juntamente com a família dos mesmos, para que dessa maneira se alcance o objetivo proposto. Todas essas mudanças que ocorrerão serão para encontrar a melhor maneira de ensino às pessoas com deficiência.

É preciso entender as necessidades dos alunos, em um processo de interação, de acordo com Lacerda (2006), garantindo uma melhor compreensão dos estudos, construindo processos linguísticos eficientes, através da leitura e escrita sendo que, o professor é o principal incentivador da aprendizagem, garantindo assim a inclusão de todos os alunos no processo escolar.

Conforme Glat e Fernandes (2005), além da integração ao processo escolar é preciso oferecer maiores e melhores condições a própria adaptação social, dessa forma vencer as dificuldades e destruir barreiras. A educação especial ou inclusiva, busca métodos pedagógicos para englobar todos os alunos portadores de quaisquer deficiências, podendo se integrar a sociedade e criando assim uma nova política pública, melhorando o atendimento prestado aos mesmos. É necessário que a escola capacite os professores para que os mesmos se sintam aptos a fazer essa inclusão, porém as próprias condições institucionais são precárias quanto ao processo de inclusão. Tem aumentado o número de pesquisas diante desse processo, porém estudos sobre a própria prática e experiências educacionais ainda não são suficientes.

Para Marqueti (2013), a educação é um direito de todo ser humano e a legislação garante o amparo e proteção às pessoas com deficiência, inserindo-as na sociedade e garantindo o estudo, sendo necessário criar alternativa de capacitação do professor devido a inúmeras necessidades para garantir a inclusão do aluno surdo, através de práticas pedagógicas eficazes, passando sempre por um processo de atualização e dessa forma assegurando um ensino de qualidade para os alunos surdos, conforme.

Ainda segundo Marqueti (2013), o professor é peça fundamental na educação infantil, pois o mesmo

deve estimular o processo de interação entre todos os alunos com deficiência, propor atividades interativas, pois o aluno surdo é extremamente visual e dessa forma transferir conhecimento aos mesmos.

Conforme Veiga (2008), é preciso verificar e compreender as demandas individuais de cada aluno com deficiência e a partir desse conhecimento haver um comprometimento do professor sobre o aprendizado de cada um, lutando pelos direitos através de uma educação inclusiva para todas as crianças.

É importante que se tenha uma relação de diálogo, respeito e confiança entre a escola e a família, para que esses laços se fortaleçam, favorecendo assim o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Os adultos que trabalham nas instituições, desde os funcionários até a direção, para Veiga (2008 p. 188), devem: “Repensar os espaços físicos existentes, eliminando barreiras arquitetônicas, oferecendo oportunidades diversificadas para a criança explorá-lo e descobrir formas de se apropriar dele”.

A proposta pedagógica da escola, segundo Veiga (2008), deve contemplar todas as diferenças existentes dos alunos, bem como um currículo ou documento, contendo informações sobre cada um, incluindo-os à sociedade.

Colaborando com a ideia, Luchesi (2003) cita que, os alunos surdos têm o direito de conhecimento de todos os conteúdos passados em sala de aula, sem que seja excluída qualquer tipo de informação, para que eles possam se inserir no mundo capitalista, assim o professor deve proporcionar da melhor maneira, uma gama de possibilidades para o aprendizado.

A educação especial origina-se do movimento de universalização e democratização do ensino e tem como finalidade garantir a escolaridade das crianças cujas particularidades as impedem de usufruir dos processos regulares de ensino e da conseqüente adequação às exigências do desenvolvimento das sociedades capitalistas. Assim, tanto a origem da educação especial – que traz implícitos determinantes históricos-sociais quanto a concepção normatizante de ser humano atendem à ideologia da sociedade capitalista, fazendo com que a educação especial passe a incorporar processos de reabilitação como procedimentos pedagógicos (LUCHESE, p. 14. 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa bibliográfica feita e atendendo o objetivo proposto, nota-se que é cada vez mais frequente a inserção do tema da inclusão nas escolas e na vida social. É necessário além de estudos e artigos a própria prática do tema nas escolas, junto à qualificação dos profissionais para saber como melhor lidar com os deficientes auditivos e englobá-los à sociedade. Existem atendimentos educacionais especializados em lidar com os alunos e os mesmos realizam seu trabalho de maneira simples e eficaz, através de profissionais qualificados e com uma boa estrutura.

Os professores precisam buscar qualificações através de cursos oferecidos, para melhor trabalhar com os alunos surdos, pois ele é o principal fator para que a inclusão ocorra dentro da sala de aula. Este é um tema complexo e necessita de muitas reflexões e ações para que a educação tenha um resultado igualitário, sem qualquer tipo de exclusão.

Sendo assim, é evidente a grande importância dos programas de auxílio aos professores para atender às necessidades das crianças com deficiência auditiva, principalmente nos anos iniciais. Assim, há um resultado positivo na relação do professor/aluno e no desenvolvimento das crianças surdas em sua vida acadêmica.

É importante considerar a diversidade dos alunos e ao invés de adotar como um problema, encarar como uma possibilidade de luta a favor da inclusão, por uma sociedade mais justa. O professor precisa estar preparado para trabalhar com crianças que necessitam desta atenção especial, pois para que ocorra a inclusão, é necessária total influência do professor perante ao aluno surdo e o ouvinte. Levando em consideração o aprendizado em sala de aula, no qual o professor precisa estar apto a desenvolver atividades em que o aluno surdo não fique prejudicado em seu conhecimento pedagógico, é necessário que o professor entenda sua importância durante o processo de inclusão no processo pedagógico.

Por fim, é importante ressaltar que os professores devem se capacitarem, como por exemplo, aperfeiçoando-se por meio de cursos de libras, ou através de especializações em temas referentes às pessoas com deficiência, dessa forma podendo contribuir de maneira substancial na qualidade de sua atuação de professor junto aos seus alunos.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, C. B. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. **Ministério da Educação Universidade Federal do Ceará**, v. 4, 2010. Disponível em: http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/biblioteca/Colecao_Educacao_Especial_Fasciculo_4.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.
- BATTISTELLA, L.R. Conceito de deficiência segundo a convenção da ONU e os critérios da CIF. **Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2011. Governo de São Paulo. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional 9.394, de 1996**.
- GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Inclusão, **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, out. 2005. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Segregada%20%C3%A0%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.
- GRASSI, T. M. A inclusão e os desafios para a formação de docentes: Uma reflexão necessária. **Secretaria da Educação**, 2008. p. 2. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1376-8.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. CEDES [online]**. 2006, v. 26, n. 69, p. 163-184. ISSN 0101-3262. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669>. Acesso em: 12 out. 2019.
- LLOYD E KAPLAN Lloyd L, Kaplan H. **Audiometric interpretation: a manual of basic audiometry**. Press, 1978.
- LUCHESE, M. R. C. Educação de Pessoas Surdas: Experiências vividas, histórias narradas. **Papirus Editora**, p. 14, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=OHS9dkkgYg8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 16 nov. 2019.
- MARQUETI, A. R. R. A inclusão do deficiente auditivo na Educação Infantil: a atuação do professor. **LINS**, p. 10-11, 14, 33. 2013. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56027.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.
- MENDES, A.Q.S.; FIGUEREDO, F.; RIBEIRO, A.C. Inclusão de alunos surdos na escola regular: Aspectos linguísticos e pedagógicos. **Revista de Iniciação Científica**, v. 2, n. 2, p. 33, Jun., 2015. Disponível em: https://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/03_INCLUSAO_ALUNOS_SURDOS.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.
- MICHELS, S; WELTER, M. P. **Inclusão de alunos com deficiência auditiva em escolas de ensino regular**. 2014. Disponível em: faifulddes.edu.br/eventos/SEMIC/2014/5SEMIC/arquivos/resumos/RES18.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

NASCIMENTO, R. P. Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Uceff*. p. 4-5. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

SANTOS, Lígia Ramos dos. **Formação de professores na educação inclusiva**. 2007, p. 7. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/6804/1/20412053.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVA, J. M. E. *et al.* **Capacitação docente, educação inclusiva e educação especial**. 2016, p. 137. Disponível em: http://www.unipacto.com.br/revista-multidisciplinar/arquivos_pdf_revista/revista2016_2/11.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVA, K. S. X.; OLIVEIRA, I. M. de. **O Trabalho do Intérprete de Libras na Escola: um estudo de caso**. 2016, p. 698, 700, 703. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n3/2175-6236-edreal-41-03-00695.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

Sistema de Conselho Federal e regionais de fonoaudiologia. **Manual de procedimentos em audiometria tonal limiar, logaudiometria e medidas de imitância acústica**. p. 14, 2013. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/publicacoes/Manual%20de%20Audiologia.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.

VEIGA, M. M. A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. *Revista Paidéia*, 2008. p. 186, 188, 189. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/viewFile/924/698>. Acesso em: 04 out. 2019.